

Setor público e privado mais competitivos

José Roberto Saguas *

Por que algumas nações são bem-sucedidas e outras falham na luta pelo aumento da sua competitividade internacional? Essa é uma questão que vem preocupando cada vez mais governantes e empresários em todo o mundo e pode começar a ser elucidada pela reflexão mais profunda das razões que levam um país a criar e sustentar uma vantagem competitiva sobre seus concorrentes, melhores produtores mundiais de um setor em particular.

É inegável que a Alemanha mantém uma posição de liderança nas áreas química, de indústria gráfica e automobilística, a Suíça em produtos farmacêuticos, a Suécia em mineração e transportes pesados e os Estados Unidos em tecnologia da informação, entretenimento, serviços de cartão de crédito e aviões.

Como chegaram a esse patamar requer respostas variadas e complexas, mas existem alguns determinantes comuns em todas as histórias de sucesso. Vale citar uma obsessiva preocupação com a produtividade e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos e uma política de desenvolvimento

econômico que privilegia a exploração dos seus pontos fortes em recursos naturais, respeitando os problemas ecológicos.

Além disso, existe um esforço em desenvolvimento científico e tecnológico voltado para viabilizar e otimizar a matriz insumo–produto inerente às condições particulares de cada país ou região, uma vez que é impossível ser competitivo em todos os segmentos da economia. E, para completar, é necessária uma infra-estrutura eficiente de serviços básicos de energia, água, habitação e urbanização.

O Japão, pobre em recursos naturais, tornou-se a segunda economia do planeta em menos de 50 anos. Isso aconteceu por causa da adoção de programas inteligentes de incremento de produtividade, aliados a uma excelente articulação no comércio internacional.

No caso brasileiro, essas questões levam a concluir que o caminho crítico, a longo prazo, que se sobrepõe a todos os outros, é o aumento da nossa competitividade, tanto no setor privado quanto no público. Isso vai

requerer uma política de aumento dos investimentos em educação e tecnologia em todos os níveis, sempre voltados para a nossa realidade cultural e vocações naturais.

Os exemplos do café, soja, citricultura, calçados, celulose, entre outros, embora muito dependentes do Estado e de tecnologia externa, evidenciam que o Brasil tem condições de gerar produtos e serviços com preços e qualidade internacionais. Mas ainda é pouco.

O programa brasileiro de privatizações está sendo implementado, mas não preenche sozinho todas as condições necessárias para um desenvolvimento sustentado e condizente com nossos interesses. Apesar disso, está, a curto prazo, arrumando a estrutura produtiva de setores como o siderúrgico (uma vocação brasileira), o petroquímico e de fertilizantes (apesar de ainda não termos petróleo e insumos petroquímicos a preços competitivos) e mais recentemente a mineração (com os primeiros resultados alcançados com a privatização da Vale do Rio Doce).

A globalização, com a abertura dos portos, está forçando as empresas e órgãos públicos a adequar cada vez mais seus profissionais ao ge-

renciaimento moderno, com um maior grau de especialização e o abandono de práticas decadentes, como o nepotismo nas empresas privadas e a nefasta interferência política na gestão dos órgãos públicos.

O setor público apresenta problemas como a rotatividade das cúpulas e a utilização de práticas gerenciais que não incentivam o espírito empreendedor (em função das características de carreira estáveis), gerando, em consequência, a baixa adesão ao atendimento de resultados e objetivos voltados para a eficiência e economia das operações. A resistência às mudanças e a perpetuidade dessas condições têm levado a uma escassez de capitais para acompanhar a demanda de investimentos em serviços essenciais, como é o caso dos setores de saúde, energia e infra-estrutura urbana.

Os modelos de gestão característicos da empresa privada, chamados de racionais, em contraposição ao modelo político, predominante nos serviços públicos e empresas estatais, estão atualmente mesclando-se. Trata-se de um falso dilema, pois, como sabemos, também existem imensas distorções na empresa privada, já que as grandes organizações tendem a uma "atrofia esclerótica", procurando

se esconder em mecanismos como reservas de mercado e outros tipos de proteção. A diferença fundamental é que o mau gerenciamento da empresa privada leva-a à falência, enquanto o setor público está geralmente imune a qualquer punição.

O governo federal e o Congresso Nacional devem promover a adoção de planos de gestão para as empresas públicas, que, além de coerentes com os programas de governo, pos-

O governo federal e o Congresso devem promover a adoção de planos de gestão para as empresas públicas

se desenrolver

um estímulo ao desempenho e à

qualidade dos serviços

prestados pelos

funcionários públicos,

como os pla-

nos de remunera-

ção variável em função de metas e

indicadores de gestão preestabeleci-

dos, de comum acordo com os em-

pregados e parametrizados por com-

parações internacionais.

Observamos que a reforma administrativa está deformando-se por influências políticas e eleitorais e ao que parece sairá uma verdadeira "colcha de retalhos", com pouca preocupação em relação ao que a sociedade brasileira quer: serviços de qualidade a custos compatíveis com o restante do mundo.

* Sócio-diretor da JVS Consultores, associada ao SRI Consulting (Stanford Research Institute).

Como os governos não podem criar indústrias competitivas por si só, pelo menos em um regime de economia de mercado, como talvez tenha sido a intenção no caso da Odebrecht na petroquímica, ao fazer sua parte será mais fácil exigir do setor privado sua contribuição na conquista de tecnologia adequada ao nosso estágio de desenvolvimento.

Isso não só pela injeção de recursos financeiros para pesquisa, mas tam-

bém no treinamento intensivo de seus profissionais junto aos maiores centros mundiais geradores de conhecimento científico e gerencial, a exemplo do que o Japão fez no passado.

Ainda existe muito a fazer, porém é inegável que a moeda estável e o equilíbrio interno e externo das contas nacionais são o gerador fundamental das condições básicas para que se possa, no futuro, festejar uma condição mais digna, justa e compatível com o imenso potencial deste país. ■